



IMPACTOS DA VARIAÇÃO DO CUSTO DA CESTA BÁSICA NO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2025 NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

Cleylson Silva Braga ¹; Prof. Dra Vânia Silva Vilas Bôas ²; Daniel Reis Silva ¹; Gabriel Ferreira Alves ¹

1 Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros

2 Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução: A inflação, enquanto fenômeno macroeconômico, constitui um dos principais fatores determinantes da redução do poder aquisitivo das famílias, afetando principalmente os estratos de menor renda, que destinam parcela significativa de seus rendimentos à aquisição de bens essenciais, sobretudo alimentos. Nesse contexto, a análise do custo da cesta básica assume papel central na avaliação do custo de vida e de suas implicações socioeconômicas. Por sua vez, o salário mínimo desempenha um papel central na estrutura de proteção social, ao estabelecer um piso de renda que deve assegurar condições mínimas de reprodução da força de trabalho, suprimindo as necessidades básicas de um trabalhador e de sua família quanto à moradia, lazer, transporte, educação e saúde. (DIEESE, 2025). Em âmbito regional, a análise do custo da cesta básica realizada pelo Setor de Índice de Preços ao Consumidor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) permite captar as especificidades regionais da dinâmica de preços, contribuindo para uma análise mais acurada da realidade socioeconômica do trabalhador do município. O presente estudo tem como objetivo analisar a variação dos preços da cesta básica no município de Montes Claros-MG, no período de 2020 a 2025, e seus impactos sobre o poder de compra do salário mínimo. A relevância da pesquisa se intensifica diante de um cenário marcado por choques econômicos, como a pandemia da Covid-19, a instabilidade das cadeias produtivas no mercado de alimentos e as variações no salário mínimo nacional. Considerando a importância histórica da cesta básica como instrumento de mensuração das condições mínimas de subsistência, instituída no Brasil durante a Era Vargas, busca-se compreender como as variações de preços dos itens essenciais afetam diretamente o bem-estar social e a segurança alimentar da população local. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualiquantitativa, fundamentada na análise de dados secundários. Segundo Gil (2008), esse tipo de abordagem adota a perspectiva de que tudo pode ser quantificável e analisado de forma sistemática. Foram utilizados dados secundários referentes à cesta básica calculada pelo IPC da Unimontes. A análise consistiu na avaliação da evolução temporal dos preços dos treze itens que compõem a cesta básica, bem como no percentual do salário mínimo necessário ao trabalhador para sua aquisição ao longo do período estudado. **Resultados:** As análises evidenciam uma trajetória de elevação nos preços médios anuais da cesta básica de 2020 a 2025. Em 2020, o valor médio da cesta era de R\$377,49, demandando cerca de 36,12% do salário mínimo líquido. Com o advento da pandemia do Covid-19 e a pressão cambial que incentivou a exportação de proteína animal e grãos, o mercado interno sofreu um desabastecimento relativo, elevando preços de itens como arroz e óleo de soja. Tal tendência intensificou-se em 2022, ano em que o comprometimento do salário mínimo para aquisição da cesta básica atingiu a média anual de 41,38%. Essas



variações foram influenciadas, primordialmente, pelo aumento nos custos de produção. Isso significa que, após adquirir apenas os itens básicos de alimentação, o trabalhador possuía menos de 60% do seu rendimento mensal para custear demais despesas como habitação, saúde, educação, transporte, lazer e vestuário. Este fenômeno é explicado pelo aumento nos custos de produção agropecuária (combustíveis e fertilizantes) que foram repassados ao consumidor final. Em 2023 e 2024, embora o salário mínimo tenha recebido reajustes nominais visando o ganho real, o custo da cesta em Montes Claros continuou a subir, ainda que em ritmo mais lento. O preço das proteínas (carne bovina e leite) permaneceu em patamares elevados, o que manteve a taxa de comprometimento em torno de 38,85% e 38,32%, respectivamente. **Discussão:** Os achados da pesquisa reforçam a hipótese de que a inflação, especialmente a de alimentos, possui um impacto regressivo, afetando de maneira desproporcional as famílias de baixa renda. A evidência empírica local, alinhada aos estudos do IPC-Moc, demonstra que a elevação do custo da cesta básica compromete diretamente a segurança alimentar e amplia a vulnerabilidade socioeconômica. A elevação dos preços dos alimentos, componente central da cesta básica, intensifica as desigualdades sociais. A análise dos indicadores inflacionários demonstra que, embora o IPCA seja o índice oficial, o INPC apresenta maior aderência à realidade das famílias de menor renda, sendo mais adequado para avaliar o impacto da inflação sobre o poder de compra do trabalhador. A regionalização da cesta básica, por sua vez, mostra-se essencial para captar especificidades locais, como hábitos de consumo e disponibilidade de produtos, sendo fundamental para análises mais precisas em contextos regionais como o de Montes Claros. Os dados do IPC da Unimontes evidenciam que a dinâmica de preços no município apresenta particularidades que não são plenamente captadas por indicadores nacionais, reforçando a necessidade de estudos locais para subsidiar políticas públicas mais eficazes. Ademais, os resultados encontrados na pesquisa dialogam com a literatura histórica sobre a cesta básica e a evolução do salário mínimo no Brasil, ao evidenciar seus papéis como instrumentos de política pública voltados à proteção social, embora suas limitações estejam presentes diante das transformações econômicas e sociais ao longo do tempo. **Conclusão:** Conclui-se que a elevação dos preços da cesta básica entre 2020 e 2025 comprometeu significativamente o poder de compra do salário mínimo em Montes Claros-MG, evidenciando o caráter regressivo da inflação de alimentos sobre as famílias de menor renda. Embora o salário mínimo tenha apresentado crescimento nominal ao longo do período, a parcela comprometida com a cesta básica permaneceu elevada, atingindo seu pico em 2022 (41,38%) e mantendo-se em patamares expressivos nos anos seguintes, o que indica que os reajustes salariais não acompanharam adequadamente a dinâmica dos preços dos bens essenciais. Ademais, ainda que o saldo restante do salário tenha crescido em termos absolutos, tal aumento não representou ganho real proporcional, limitando a capacidade de consumo das famílias para além da subsistência. Nesse contexto, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao controle da inflação, à garantia da segurança alimentar e à valorização real do salário mínimo, bem como evidenciam a importância de análises regionais para compreensão mais precisa das condições socioeconômicas, sendo recomendável, para estudos futuros, a incorporação de abordagens empíricas que considerem o comportamento de consumo e a percepção das famílias sobre o custo de vida.

Palavras-chave: Economia dos Alimentos. Paridade do Poder de Compra. Inflação.

Referências



DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Cesta básica: análise mensal.** São Paulo: DIEESE, dez.2025. <https://www.dieese.org.br/analiseicv/2025/202509analiseicv.html>. Acesso em 12/02/2026.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIMONTES. Departamento de Ciências Econômicas. Índice de Preços ao Consumidor: relatório de junho de 2021. Montes Claros: IPC/Unimontes, 2021. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio-junho-site.pdf>. Acesso em: 07 maio 2026.

Tabela 1 – Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938

Item	Quantidade	Item	Quantidade	Item	Quantidade	Item	Quantidade
Carne bovina	4,5 kg	Pão Francês	6,0 kg	Farinha de mandioca	3,0 kg	Óleo de soja	750 g
Leite	6,0 L	Cafê em pó	300 g	Batata	6,0 kg	Manteiga	750 g
Feijão	4,5 kg	Banana	90 unid	Tomate	12,0 kg	Açúcar	3,0 kg
Arroz	3,6 kg						

Fonte: Decreto-Lei nº 399/1938 (DIEESE, 1938).

Gráfico 1 - Composição do Salário Mínimo X Gastos com a Cesta Básica em Montes Claros Mg 2020 a 2025

